

spinformação

**VEM AÍ
UM NOVO CICLO**



Manuela Mendonça

COORDENADORA DO SPN ELEITA PARA O COMITÉ EXECUTIVO DA IE



A Internacional da Educação (IE) representa mais de 30 milhões de profissionais da educação de 170 países e 390 sindicatos. Manuela Mendonça foi eleita no 7º Congresso Mundial da organização, em Otava. É a primeira vez que o órgão máximo da IE tem participação portuguesa.

Muito embora a eleição para o Comité Executivo Mundial da IE recaia sobre pessoas, a significativa votação obtida por Manuela Mendonça reflete também o prestígio reconhecido internacionalmente à Federação Nacional dos Professores (Fenprof) como mais representativa organização sindical de professores em Portugal, e de cujo Secretariado Nacional a coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) também faz parte.

De acordo com a votação do congresso, durante os próximos quatro anos, o Comité Executivo Mundial da IE terá a seguinte composição:

- *Conselho Restrito*: Susan Hopgood, presidente (Austrália); Fred van Leeuwen, secretário-geral (Países Baixos); Mugwena Maluleke (África do Sul), Yasunaga Okamoto (Japão), Marlis Tepe (Alemanha), Roberto Leão (Brasil) e Lily Eskelsen (EUA);

- *Cargos Regionais*: Olukoya Alogba (Nigéria), Marieme Sakho (Senegal), Francisca Castro (Filipinas), Ram Pal Singh (Índia), Johanna Astrand (Suécia), Slawomir Broniarz (Polónia) e Sónia Alesso (Argentina);

- *Cargos Abertos*: Okju Bak (Coreia do Sul), Laurent Escure (França), Steffen Handal (Noruega) Luis Ibarra (Colômbia) Daniel Lafrenière (Canadá), Manuela Mendonça (Portugal), Patrick Roach (Reino Unido), Davanand Sinanan (Trindade e Tobago) e James Tweheyo (Uganda).

Por um mundo melhor. A comercialização e a privatização da educação foram temas centrais do congresso, realizado em julho, no Canadá, e certamente irão estar na agenda da IE durante os próximos quatro anos. “A comercialização e a privatização da educação constituem uma ameaça que afeta gravemente uma das atividades mais importantes da nossa sociedade: a educação pública de qualidade”, disse Susan Hopgood no discurso de encerramento. “Vamos estar unidos para lutar contra as investidas do setor privado” e para “garantir que a educação de qualidade para todos se converte numa realidade para todas as crianças”, declarou a presidente da IE.

O Congresso reafirmou, por outro lado, o compromisso da IE com a defesa dos direitos sindicais, que constituem, naturalmente, a base da organização. Esses direitos são o ‘cimento’ de uma sociedade decente, mas os congressistas puderam ouvir, em primeira mão e ao vivo, relatos de ataques a organizações sindicais de professores e educadores e sobre a situação que se vive nas Honduras, na Turquia e na Coreia do Sul.

Susan Hopgood lembrou, ao concluir a sua intervenção, que “estamos aqui para fazer do mundo um lugar melhor”.

spinformação

Diretora Manuela Mendonça · **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim · **Fotografia da Capa** Ana Alvim **Fotografia** Henrique Borges · **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direção do SPN.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES

[editorial]

O resultado das eleições legislativas de 4 de outubro criou uma situação nova no país: pela primeira vez, todos os partidos com representação parlamentar assumem poder ser parte de uma solução de governo, equacionando-se algo que até há bem pouco tempo parecia totalmente irrealista – a possibilidade de constituição de um governo de esquerda. Independentemente do resultado das negociações (ainda em curso, ao fecho desta edição), este desenvolvimento configura uma mudança profunda na relação de forças entre os partidos, pondo irremediavelmente em causa o conceito de *arco da governação*.

Depois de quatro anos de um governo de maioria absoluta e de imposição de medidas cuja inevitabilidade sempre contestámos, a pluralidade de soluções é salutar e traz outra vitalidade democrática ao sistema político.

Não havendo caminhos fáceis, o novo quadro parlamentar cria, contudo, melhores condições para que algumas das reivindicações dos professores possam ser atendidas. A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) pediu já reuniões às direções dos partidos com assento parlamentar para apresentação de um conjunto de medidas que consideramos necessitarem de resolução imediata – fará o mesmo junto das direções dos grupos parlamentares e do governo, quando estes vierem a ser constituídos.

Uma dessas medidas acaba de ser resolvida pelo Tribunal Constitucional: os artigos do Estatuto da Carreira Docente que criam a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC), assim como toda a regulamentação posterior, “enfermam de inconstitucionalidade orgânica”. Trata-se de uma grande vitória da Fenprof e de todos os professores que, com determinação, combateram esta prova – uma luta que juntou professores contratados e dos quadros, numa demonstração de elevada consciência profissional. Trata-se, também, de uma enorme derrota política de Nuno Crato, que, tendo recorrido a todos os expedientes para garantir a sua concretização, sai completamente desacreditado deste processo, ao ver anulada a prova que já tinha agendado para o dia 18 de dezembro.

Definir prioridades reivindicativas (a curto e médio prazo) é fundamental. Mas não basta. O (in)sucesso nos processos negociais que a Fenprof venha a desenvolver depende em grande parte do envolvimento dos professores na construção das propostas sindicais e da sua capacidade de mobilização para as defender. Por isso se apela nesta edição à participação dos sócios do Sindicato dos Professores do Norte no reforço da rede de delegados sindicais, “elementos fundamentais para a interpretação das aspirações e propostas dos professores e veículo privilegiado das posições e ações do sindicato” junto das escolas.

Face ao carácter regressivo das políticas impostas nos últimos anos, o atual contexto político, mais favorável à negociação e ao compromisso, é uma oportunidade para travar as reformas em curso e reverter algumas das medidas mais gravosas, quer no plano socioprofissional, quer no educativo. Como é sublinhado em vários textos nesta edição, esta será certamente uma tarefa hercúlea, mas indispensável, se quisermos resgatar a Escola Pública da ofensiva ideológica a que tem estado sujeita e recolocar a Educação no lugar que merece. Um desafio que devemos encarar com “optimismo realista” e a ideia de futuro inerente ao ato educativo.



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN



Ana Alvim

1. Aquando do encerramento desta edição, o cenário político que se vivia no país comportava (ainda) mais indefinições do que certezas. Por um lado, com a vitoriosa derrota de 4 de outubro, PSD e CDS-PP preparavam-se para exercer o poder na fórmula de governo minoritário, sustentado nos momentos decisivos pelo apoio conjuntural do Partido Socialista. O Presidente da República, que deveria ser de todos os portugueses, logo entrou em cena para “benzer” tal desiderato. Entretanto, num volte-face absolutamente inesperado, começava a desenhar-se outra solução governativa – os partidos que têm a maioria dos assentos parlamentares, à esquerda, iniciaram entre si um diálogo que poderia concluir pela apresentação de um governo bem ao contrário do que Cavaco Silva tinha na cabeça.

Dê o que der esta nova possibilidade, uma coisa é certa – depois da primeira semana de negociações interpartidárias nada ficará como antes. E não estava fácil o caminho para Passos Coelho, Paulo Portas e Cavaco Silva; nem para a ala mais neoliberal do Partido Socialista.

2. Para desespero de muitos, veio ao de cima a constatação fácil de que as últimas eleições, após um quadro de campanha em que algumas forças políticas tanto pugnaram por maiorias absolutas para elas próprias, geraram, de facto, uma maioria absoluta – aquela que recusa a continuidade das políticas austeritárias e de direita dos últimos quatro anos.

A campanha mediática contra esta possibilidade constitucional foi lançada com histerismo, ocupando de modo asfíxiante a maior parte do espaço noticioso e de comentário para – suprema ironia –

justificar como é que afinal o sábio povo da ponta da Europa que teria demonstrado nas eleições a sua compreensão pelos sacrifícios extremos (mas inevitáveis...) que o diretório europeu e seus acólitos portugueses lhe tinham imposto, não passa, afinal, de um ingrato e ignaro conjunto de pessoas capazes de pensar que é à esquerda que poderão encontrar soluções para os seus problemas.

3. Claro que para a Educação, no futuro mais imediato não é indiferente o tipo de solução política que vier a ser encontrada.

Travar um caminho de desmantelamento absoluto da Escola Pública, empequenecendo-a ainda mais do que já estava a ser feito e privatizando as suas melhores soluções, é um patriótico designio que se coloca à esquerda e não à direita do espectro político nacional. Pensar a Educação como direito humano que é, e portanto universal, inclusiva e de qualidade para todos os que dela devem beneficiar, em vez de uma mercadoria que pode ser incluída em qualquer tratado de livre comércio que os poderosos deste mundo imponham, é tarefa para a Esquerda realizar, porque já vimos como a Direita se posiciona neste plano.

Quiçá o mais difícil, quase ciclópica na sua dimensão, mas indispensável de realizar e levar a bom porto, é a reversão de todas as medidas que foram transformando o sistema educativo numa caricatura do sistema democrático que já foi e que nós, sindicatos progressistas, não perdemos de horizonte. Tarefa difícil, complexa e prolongada, relativamente à qual a SPN.INFORMAÇÃO espera desenvolver, na próxima edição, os múltiplos pormenores de que se reveste.



À ATENÇÃO DOS ELEITOS: ESTAS MEDIDAS SÃO URGENTES

Ana Alvim

- Suspender a municipalização da Educação.
- Considerar como letivas todas as atividades desenvolvidas com alunos, designadamente apoios e coadjuvação – correção dos horários a partir da clarificação de que atividades integram a componente letiva.
- Publicar portaria para integração de professores no correto escalão salarial de carreira – aplicação das normas vigentes para contagem do tempo de serviço.
- Reconstituir turmas que desrespeitam as normas legais, nomeadamente as que integram alunos com necessidades educativas especiais, sempre que tenham mais de 20 alunos ou mais de 2 com NEE – aplicação destas normas no Ensino Secundário.
- Regularizar todas as situações contratuais para o exercício de atividade nas AEC (salário e contrato de trabalho a termo).
- Publicitar na página da DGAE as listas de ordenação e colocação das BCE.
- Aplicar na Educação Pré-Escolar o calendário estabelecido para o 1º Ciclo.
- Revogar o “processo Cambridge”.
- Iniciar negociações de um novo quadro legal que garanta condições de trabalho – incluindo horários e um regime excecional de aposentação – e que tenha em conta o elevado desgaste causado pelo exercício docente.
- Alargar o período transitório para os docentes do Ensino Superior que não concluíram doutoramento ou não obtiveram título de especialista por não lhes terem sido proporcionadas as condições legalmente previstas – reintegração dos despedidos por esse motivo, repondo as condições contratuais, e aplicação da diretiva comunitária na vinculação de docentes.
- Suspender os efeitos da avaliação feita pela Fundação Ciência e Tecnologia aos centros de ciência e às unidades de investigação, nomeadamente em relação ao financiamento.

É URGENTE ESTABILIZAR E REPENSAR O 1º CICLO

Previsivelmente, o Parlamento recentemente eleito será mais sensível aos múltiplos problemas que afetam o 1ºCiclo, pelo que é fundamental que os professores se empenhem na dignificação e valorização do setor e da sua situação socioprofissional. Basta de atropelos sistemáticos!

Porta de entrada na escolaridade obrigatória e primeira etapa do percurso escolar dos alunos, o 1º Ciclo do Ensino Básico devia, por isso, merecer a maior atenção dos nossos governantes. Infelizmente, não é o que tem acontecido nos últimos anos.

A generalidade das medidas implementadas neste ciclo de ensino, pouco ou nada têm a ver com a sua especificidade ou com a sua melhoria, estando apenas a descaracterizá-lo e a minorizá-lo. Vejamos:

- **a disciplinarização das áreas do currículo** com tempos mínimos obrigatórios, contrariando a inter-transdisciplinaridade, levou a enormes perdas na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, tanto na forma como são apresentados os conteúdos como na riqueza da transmissão e partilha de saberes;
- **o acréscimo de 2h30 na carga letiva semanal** dos alunos, devido à não consideração dos intervalos nas 25 horas letivas tem consequências nefastas na concentração, na disciplina e no interesse dos alunos pela escola;
- **a intensificação de coadjuvações**, frequentemente impostas e sem ter em conta as reais necessidades das turmas ou dos docentes, gera desconforto e desmotivação;
- **a pluridocência mitigada e não assumida** pelos governantes, com a colocação de outros docentes (além do titular de turma) a lecionar áreas do currículo sem quaisquer preocupações

pedagógicas, origina situações díspares entre escolas, com consequências na organização do ensino/aprendizagem e no sucesso dos alunos;

- **a curricularização do Inglês no 3º ano**, de forma precipitada, criando um grupo de recrutamento (120) à pressa, sem acautelar problemas que pudessem surgir, quer para os alunos, quer para os professores, contribuiu para desregular ainda mais o funcionamento deste ciclo: há escolas onde o Inglês faz parte das atuais 25 horas curriculares e outras em que o currículo “cresceu” duas horas, gerando confusão nos alunos e promiscuidade entre o que é curricular e extracurricular; há turmas com mais do que o 3º ano de escolaridade, por vezes sem infraestruturas para desdobramento, provocando instabilidade pedagógica e desorganização no funcionamento das escolas; por outro lado, há docentes do grupo 120 a lecionar 25 horas e outros a lecionar 22 (horários completos), sem saberem qual a duração da “hora” letiva e a que departamento curricular pertencem – isto porque quem legislou não acautelou devidamente a situação de ser um grupo criado para o 1º Ciclo, mas a lecionar apenas uma disciplina em várias turmas e/ou escolas (ambiguidade agravada no caso de professores contratados, com efeitos no tempo de serviço e na remuneração);

- **a falta de recursos e de apoios** (professores e auxiliares) onde são mais necessários (escolas com maior insucesso), quer para alunos com necessidades educativas especiais, quer para os (cada vez mais) que manifestam dificuldades comportamentais e de aprendizagem precoces;

- **a constituição de turmas até ao limite legal** (26 alunos, quando a maioria das salas não comporta com dignidade mais de 20/22) obriga, em muitos casos, ao agrupamento de dois ou mais anos de escolaridade – agravando a já difícil tarefa do professor – e não acautela eventuais transferências de alunos ou deteção de outros com necessidades educativas especiais ou dificuldades que exijam trabalho individualizado;

- **o desrespeito pelos alunos com NEE**, fre-

INGLÊS 120. O grupo de recrutamento 120 (Inglês no 1º Ciclo) foi criado pelo Decreto-Lei 176/2014. Ora, o ECD determina que a componente letiva dos docentes do 1º Ciclo é de 25 horas semanais (artigo 77º). Contudo, a administração atribuiu a este grupo a mesma componente letiva dos grupos da pluridocência: uma nota informativa da DGAE (1 de setembro) estabelece o limite de 28 horas para acumulações, o que pressupõe uma componente letiva de 22 horas; e em resposta a uma escola, a DGESTE é peremptória – a componente letiva daquele grupo “está completa quando totalizar 22 horas semanais (1.100 minutos)”. Assim, **os professores a quem tenham sido atribuídas 25 horas devem requerer a correção do horário ou o pagamento de serviço extraordinário** correspondente ao tempo que ultrapassar os 1.100 minutos.

quentemente integrados em turmas com mais de 20 alunos e em número superior ao previsto na Lei – porque não há alternativa ou os planos educativos individuais não contemplam essa medida, apesar das dificuldades serem reais – impossibilita os professores titulares de turma de trabalharem com todos com qualidade;

- **o incremento de burocracias controladoras** (como os livros de ponto eletrónicos), que em nada se ajustam à especificidade do setor, nem contribuem para a melhoria do ensino e apenas desgastam e desmotivam os docentes;

- **o desrespeito e desconsideração pelos professores**, quando solicitam a dispensa da componente letiva ao abrigo do artigo 79º do Estatuto da Carreira Docente, que em muitos casos veem os seus direitos ofendidos por diretores que, contrariando expressamente a Lei, tentam atribuir-lhes tarefas não previstas e 40 horas de trabalho semanais.

Urgência. Todos estes problemas se têm mantido ou agravado, apesar dos sistemáticos alertas e das várias exigências do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que não vão desistir de lutar para reverter a situação.

Previsivelmente, o Parlamento recentemente eleito será mais sensível a estas questões, pelo que é fundamental que todos os professores do 1º Ciclo, sindicalizados ou não, se empenhem na dignificação e valorização da sua situação socioprofissional. Para o SPN e a Fenprof, é urgente pensar o 1º Ciclo por si e no contexto da escolaridade obrigatória. Basta de alterações cirúrgicas e atropelos sistemáticos; procurem-se consensos, pense-se e renove-se com seriedade e responsabilidade; e garanta-se estabilidade e condições dignas de trabalho.

Alunos e professores merecem! A Educação exige respeito, e o SPN estará, como sempre, presente nessa exigência.



OBSTINAÇÃO, INSENSIBILIDADE E PREPOTÊNCIA

Por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, o SPN continua a exigir que qualquer transferência de responsabilidades do poder central para o poder local seja objeto de debate público e de negociação com as organizações representativas dos docentes.

1. Tudo começou com uma proposta aprovada pelo Governo em de 30 de outubro de 2013 – o designado *Guião para a Reforma do Estado*. No ponto 3.9 [*Educação: propostas de autonomia, liberdade de escolha e escolas independentes*], além das referências ao reforço da autonomia das escolas, às escolas ‘independentes’, ao novo ciclo de contratos de associação, ao novo estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, ao ‘cheque-ensino’ e ao desenvolvimento do ensino profissionalizante, é descrita a possibilidade de o Ministério da Educação “lançar concursos públicos para que as autarquias que o desejem e, sobretudo, associações de várias autarquias, se candidatem a verdadeiras concessões de escola”.

Escancarava-se, assim, a porta de um processo obscuro, secreto e obstinado do Governo, com especial relevo para a atuação do Ministério da Educação, através da Secretaria de Estado do Ensino e Administração Escolar, e do entusiasmadíssimo secretário de Estado da Administração Local, António Leitão Amaro.

2. Em maio de 2014, o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) toma conhecimento de toda a documentação relacionada com o lançamento do programa e passou a acompanhar pormenorizadamente o processo. Defendemos – e dissemo-lo ao ministro da Educação em julho de 2014 – a abertura de um debate público alargado que permita aprofundar caminhos de descentralização para as escolas e para o nível local, quer do ponto de vista das competências

a transferir, quer dos órgãos que as devem assumir, no respeito por regras democráticas.

Desde essa data, o SPN reuniu com professores, conselhos gerais, direções, autarcas, sindicatos do pessoal não docente e (no âmbito da Federação Nacional dos Professores) com os grupos parlamentares, gabinete do primeiro-ministro, Ministério da Educação e Cultura, secretarias de Estado da Administração Local e da Administração Escolar, Conselho de Escolas...

De forma especial e reiterada, reunimos em Matosinhos, Oliveira de Azeméis, Maia, Famalicão, Boticas e Vale de Cambra (municípios da área geográfica do SPN), informando e documentando professores, conselhos gerais e direções dos agrupamentos implicados. Solicitámos aos docentes que, depois de esclarecidos, tomassem posição, manifestando-a de forma considerada conveniente. Promovemos reuniões e debates com as comunidades educativas e convidámos especialistas, que enriqueceram os debates com a sua opinião.

3. No caso concreto de Matosinhos, onde cinco dos 12 conselhos gerais votaram contra a adesão, desenvolveu-se uma ação continuada, multifacetada e exemplar, que implicou de forma constante as comunidades educativas. Foi também criada uma comissão de professores que, desde junho de 2014, tem acompanhado e intervindo ativamente em todo o processo, culminando com a entrega de uma providência cautelar em agosto.

**O SPN AVANÇOU
COM TRÊS
PROVIDÊNCIAS
CAUTELARES,
TODAS ACEITES.
TENDO AS
ENTIDADES
DEMANDADAS
INVOCADO
O INTERESSE
PÚBLICO PARA
OBSTAR A ESSAS
PROVIDÊNCIAS,
AGUARDA-SE
UMA DECISÃO
FINAL.**



4. Em junho deste ano, numa consulta realizada em todos os agrupamentos/escolas do continente, a Fenprof e mais sete organizações sindicais docentes auscultaram os educadores e professores sobre este processo. À pergunta “*concorda com a municipalização da Educação, processo que o Governo está a iniciar em alguns municípios?*”, os docentes responderam com um inequívoco e expressivo *Não* (97,9%). Numa análise mais detalhada, destaque para o nível de participação, principalmente nos concelhos onde foi anunciada a existência de contratos interadministrativos: por exemplo, em Matosinhos votaram 83% dos docentes dos 12 agrupamentos/escolas, dos quais 96,3% disseram *Não* – índices arrasadores para uma autarquia que insiste em avançar com o processo, desrespeitando a posição dos docentes e de cinco dos 12 agrupamentos/escolas, cujos conselhos gerais recusaram o projeto.

Perante tais resultados, a Plataforma Sindical dos professores exigiu a suspensão do processo em curso, considerando que, a quatro meses das eleições legislativas, o Governo em funções não teria legitimidade política para continuar o processo.

5. A obstinação do Governo culmina em 28 de julho, a com a publicação em Diário da República de 15 “contratos interadministrativos de delegação de competências”. Fazendo jus ao secretismo que norteou todo o processo, as comunidades educativas não tiveram conhecimento da assinatura dos contratos...

6. Interpretando o sentimento dos professores que se pronunciaram de forma esmagadora contra o processo, o SPN avançou com três providências cautelares (Matosinhos, Oliveira de Azeméis e Famalicão), todas aceites. Tendo as entidades demandadas (municípios, MEC e presidência do Conselho de Ministros) invocado o interesse público para obstar a essas providências – o que foi rebatido nos respetivos processos –, aguarda-se uma decisão final.

Se, apesar de tudo, esses contratos vierem a ser implementados, o SPN acompanhará criticamente o projeto-piloto, continuando a exigir que qualquer processo de transferência de novas responsabilidades para o poder local, por se tratar de uma reconfiguração do sistema educativo, seja objeto de debate público e negociação com as organizações representativas da comunidade educativa, designadamente dos docentes.

7. O SPN reitera a sua posição: transferência de um conjunto de competências diretamente para as escolas e de outras para órgãos de administração locais – *conselhos locais de educação*, onde os municípios teriam um papel importante, mas não determinante. Neste contexto, a suspensão do processo é uma das medidas para concretização imediata que a Fenprof vai apresentar aos grupos parlamentares constituídos após as eleições e ao futuro governo.



MOBILIDADE POR DOENÇA A POSIÇÃO DO SPN

O SPN colocou à DGAE a necessidade e a urgência de uma solução que salvaguarde o interesse dos professores que necessitam de recorrer à mobilidade por doença e dos que, por razões concursais e no quadro de outro tipo de mobilidade, procuram afetação a uma escola ou agrupamento, bem como o interesse das escolas e dos alunos.

Face à concentração de um elevado número de destacamentos por doença em determinados distritos, nomeadamente Bragança e Vila Real, muitos professores e educadores opositores ao concurso de mobilidade interna dirigiram-se ao Sindicato dos Professores do Norte (SPN), manifestando forte preocupação perante a perspectiva de os poucos horários/vagas existentes nesses distritos serem atribuídos a docentes destacados por condições específicas, em detrimento dos candidatos à mobilidade interna, alguns com muitos anos de serviço, que assim se veem na contingência de virem a ser colocados muito longe, ou até de não conseguir colocação, ficando sujeitos à ameaça da requalificação.

O SPN considera que o recurso à mobilidade por doença é um direito que não pode ser posto em causa, sendo indispensável garantir a proteção na doença a docentes que padecem de patologias graves – ou a familiares, em determinadas circunstâncias.

A colocação numa escola que torne possível o acompanhamento médico a que têm de ser sujeitos é uma condição fundamental para a conciliação do trabalho com o tratamento, muitas vezes realizado em situações particularmente difíceis e penosas.

O SPN considera, ainda, que a suspeição de abusos na aplicação da lei prejudica quem dela necessita, e a imagem dos professores no seu conjunto, pelo que situações anómalas devem ser investigadas e devidamente punidas, se se comprovar serem fraudulentas.

Por outro lado, o SPN e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) defendem há muito que só a abertura de vagas de quadro de escola/agrupamento de acordo com as reais necessidades do sistema pode garantir a estabilidade do corpo docente, o reforço das equipas de trabalho, a continuidade da relação pedagógica e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos. Lamentavelmente, milhares de docentes têm sido mantidos em

quadros de zona pedagógica – que deveriam ser transitórios – durante anos a fio (décadas, nalguns casos), situação com implicações mais graves no 1º Ciclo e na Educação Pré-Escolar, particularmente em distritos do interior, como Bragança ou Vila Real. Face ao caráter de excecionalidade que as colocações de docentes em mobilidade por doença comportam e à necessidade de acautelar situações de injustiça relativa e de difícil reparação, o SPN considera que a não obrigatoriedade de atribuição de componente letiva a esses docentes permitiria a colocação, nas vagas existentes, de docentes de quadro mais graduados, evitando que professores com muitos anos de serviço em determinada escola/área geográfica possam ser deslocados para centenas de quilómetros, ou mesmo remetido para a requalificação, devido à doença de um docente menos graduado (ou familiar), que poderá necessitar apenas temporariamente desse destacamento. Neste contexto, compreenden-

do a angústia dos candidatos à mobilidade interna perante um cenário de (quase) inexistência de vagas a concurso na zona pedagógica a que pertencem e onde trabalham há largos anos, o SPN colocou à diretora-geral da Administração Escolar a necessidade e a urgência de uma solução que salvaguarde, por um lado, o interesse dos professores – dos que necessitam de recorrer à mobilidade por doença e dos que, por razões concursais e no quadro de outro tipo de mobilidade, procuram afetação a uma escola ou agrupamento – e, por outro, o interesse das escolas e dos alunos.

O SPN lamenta a ausência de resposta da DGAE a esta pretensão e continua empenhado em contribuir para uma solução que minore os problemas criados e salvaguarde os interesses em presença.



ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO À ESPERA DA DGERT *

* Aquando do fecho desta edição, ainda não era conhecida a posição final da DGERT

Caso a decisão seja a caducidade do CCT em 2015, a Fenprof avançará com as adequadas ações judiciais no sentido de suspender essa decisão. Até lá, é importante saber que ninguém é obrigado a subscrever o CCT assinado entre a AEEP e a FNE.

A Federação Nacional dos Professores foi notificada pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT) para se pronunciar, em sede de audiência de interessados, sobre a provável decisão daquela direção-geral no sentido da caducidade do contrato coletivo de trabalho (CCT) do Ensino Particular e Cooperativo outorgado pela Fenprof e pela Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), publicado em agosto de 2011.

Foram dados à Fenprof 10 dias úteis para contestar a decisão provável, o que fez. A contestação, assente em fundamentação jurídica, tem como argumentação principal o entendimento de que o CCT se manterá em vigor até setembro de 2017, prazo pelo qual se baterá em Tribunal. Sabemos que esta situação está a levar a que direções de estabelecimentos de ensino privados exerçam pressões sobre os seus docentes, afirmando que têm que optar pelo CCT entretanto assinado, e posteriormente agravado, pela

Federação Nacional de Educação (FNE). Sabemos, também, que o fazem afirmando que é vantajoso para os professores.

Mas bastará dizer que, por exemplo, relativamente a uma eventual valorização da carreira (argumento utilizado por algumas entidades empregadoras), por norma é pura ilusão. Como se pode constatar nos novos CCT (2014/2015 e 2015/2016) assinados entre a FNE e a AEEP, não só a carreira estagnou dois anos, entre 2013 e 2015, como a duração dos níveis aumentou em função de uma nova carreira de 37 anos, havendo muitos docentes que não progredirão durante vários anos.

Após a receção da contestação da Fenprof, a DGERT terá mais 10 dias úteis para tomar a decisão final – caducidade ou não caducidade do CCT da Fenprof. Convém dizer que, caso a decisão final seja favorável à caducidade em 2015, a Federação avançará, de imediato, com as adequadas ações judiciais – incluindo a providência cautelar – no sentido de

suspender essa decisão. Mas até lá é importante saber que ninguém é obrigado a subscrever o CCT assinado entre AEEP e FNE. Os professores poderão informar as entidades empregadoras da sua não adesão àquela convenção, já que estão salvaguardadas algumas normas específicas, designadamente sobre salário e horário de trabalho, sendo, em relação a outras matérias, aplicadas normas estabelecidas no Código do Trabalho – algumas menos negativas do que as subscritas pela FNE.

Falta convergência. O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) não pode deixar de lamentar mais uma vez o papel que a FNE, entre outros, aceitou desempenhar neste processo. Quando se justifica uma cada vez maior aproximação entre o exercício da profissão no ensino público e no ensino particular e cooperativo, aquela organização aceitou o aprofundamento das diferenças, tanto em relação a remunerações como a horários de trabalho.

Sendo certo que a convergência entre as organizações sindicais – que deveria ter existido – poderia ter criado condições para pressionar as entidades empregadoras, o facto é que a situação atual permite que sejam elas a pressionar os professores. É nosso entendimento que a pressão patronal não pode levar a um clima de chantagem com o objetivo de levar os docentes a aceitarem tudo o que lhes é proposto/imposto, perdendo cada vez mais direitos laborais, sociais ou salariais.

O SPN e a Fenprof continuam disponíveis para negociar acordos com as entidades empregadoras, sejam para aplicar a todo o setor ou através de acordos de empresa, e terão abertura para encontrar soluções equilibradas que respeitem os direitos dos docentes e defendam os seus postos de trabalho. Não estarão disponíveis é para contribuir para o aumento dos lucros patronais à custa do agravamento das condições de trabalho dos professores.



REVOGAR O ‘PROCESSO CAMBRIDGE’

“O exame torna-se um objetivo, o que vem para o exame um programa, o ensino de matéria para o exame um método.”

[Hans Freudenthal, 1905-1990]

1. Após dois anos de uso abusivo da mão de obra dos professores de Inglês – primeiro no processo *Key For Schools (Key)* e depois no *Preliminary English Test for Schools (PET)* –, o Ministério da Educação, circunstancialmente conduzido por Nuno Crato, veio recentemente (Despacho Normativo 17-A2015, de 22 de setembro) introduzir alterações no que respeita à valorização a atribuir ao PET, insistindo no seu caráter obrigatório, mesmo depois do falhanço do processo em 2014/15 – mas desta vez deixando às escolas o ónus de decidir o peso que terá no conjunto da nota final da disciplina.

Este é um novo ponto de confusão e de potencial desigualdade entre escolas, que poderão prejudicar alunos ao atribuir pesos diferentes a uma prova que não tem razão de existir.

2. Olhando para trás, a decisão de entregar a implementação de um projeto desta natureza a uma entidade privada, exterior ao sistema de ensino, continua envolta em mistério. Ou não.

Oportunamente, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) questionou o ministério acerca do financiamento do PET. Foi dito que não haveria custo algum para o erário público, mas, como veio a verificar-se, o Estado foi obrigado a financiar parte do projeto, porque o número de certificados pedidos não foi suficiente para cobrir os gastos. Gastos de quem? Da(s) entidade(s).

A meio do processo, alguns “parceiros” – três dos

cinco iniciais – deixaram o projeto. Porquê? A Fenprof aguarda esclarecimentos.

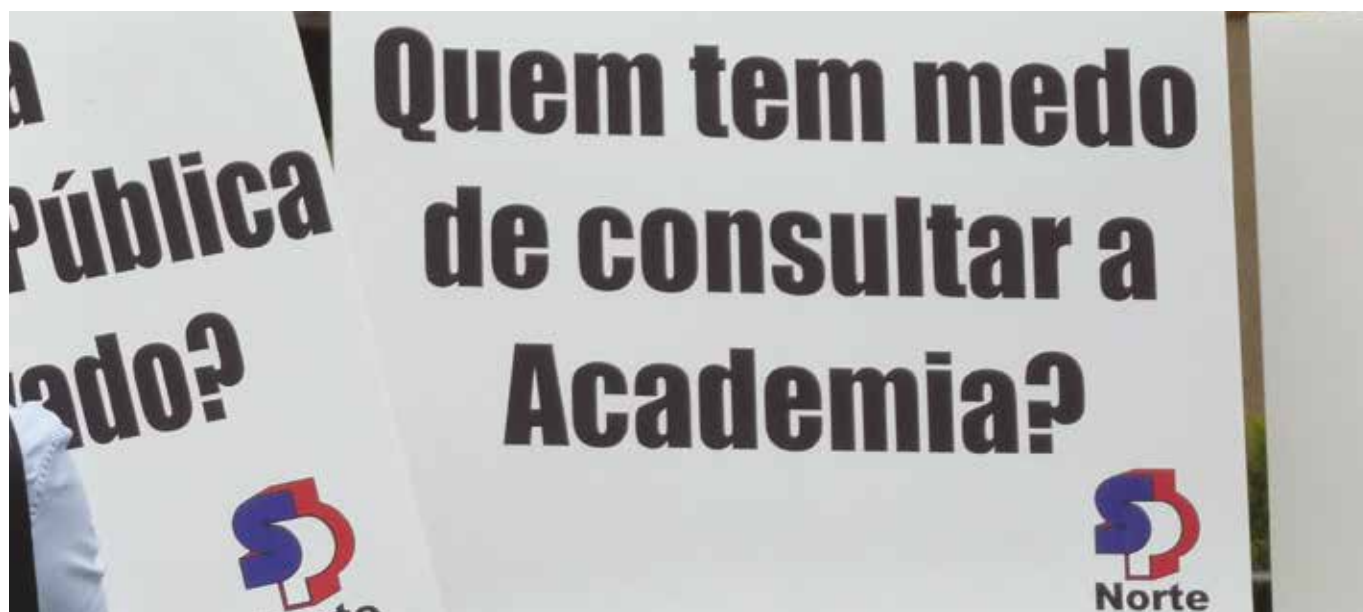
Quanto vai receber (ou recebeu) a instituição Cambridge? Também não sabemos. E, no entanto, a fatura chegará para todos.

3. Com a publicação do referido despacho, que ainda aguarda regulamentação, o ministério vem tentar humilhar os professores de Inglês, colocando a prova no patamar dos exames de Português e Matemática, atribuindo à prova um peso que pode ser decisivo na aprovação ou não aprovação dos alunos. Alterações desta natureza não devem ser feitas sem ponderação e discussão, nem sujeitas a pressões do mercado.

Foi a isto que o gabinete de Crato nos habituou. Só podemos contar que fique para a história como o pior ministro da Educação de sempre, porque será difícil batê-lo.

4. O Sindicato dos Professores do Norte e a Fenprof continuam a exigir a revogação do ‘processo Cambridge’ e congratulam-se com a resposta dos professores que expressaram repúdio pela utilização do seu tempo ao serviço de entidades privadas e fora do âmbito do conteúdo funcional da sua profissão.

Foram muitos a não comparecer no dia da prova escrita e ainda mais aqueles que não fizeram a certificação – a surreal *prova de conhecimentos* – e se recusaram a realizar a parte oral da prova, aderindo à greve.



UNIVERSIDADE DO MINHO PASSA AO REGIME FUNDACIONAL

O Conselho Geral da Universidade do Minho (UM) aprovou por maioria a passagem da instituição ao regime fundacional. Mas não deixa de ser estranho que a discussão e votação tenha sido agendada à pressa, para o início de setembro, sem qualquer debate no seio da comunidade académica.

Em primeiro lugar, esta transformação materializa-se na formação de um Conselho de Curadores (CC), constituído por personalidades externas à universidade e ao Estado, perante o qual o reitor passa a responder. Na prática, o CC terá competência para homologar muitas das mais relevantes deliberações do Conselho Geral. Em segundo lugar, a passagem ao regime fundacional abre portas a uma gestão de cariz privado, cujo desenvolvimento futuro, por constrangimentos políticos ou “de mercado”, pode pôr em causa o serviço público e a liberdade académica.

Em terceiro lugar, o CC passa a definir a vida interna da universidade e a sua missão de natureza pública. Em quarto lugar, “a instituição pode criar carreiras próprias para o seu pessoal docente, investigador e outro”. Ou seja, a UM poderá ter docentes a exercer as mesmas funções, mas com contratos diversos: de trabalhador em funções públicas, ao abrigo do ECDU, ou em contrato individual de trabalho em regime privado, ao abrigo do Código do Trabalho, como passou a acontecer na Universidade do Porto. No limite, uma universidade pública poderá ter apenas docentes em regime de direito privado nos seus quadros.

Questões prévias. Não deixa de ser revelador que uma decisão tão importante seja aprovada com uma maioria de 60%, sendo iniludível que vai dividir a co-

munidade académica. Seria útil, por isso, que o reitor tivesse respondido a algumas questões prévias à discussão, nomeadamente:

- que vantagens traz a fundação sobre o atual modelo de gestão?
- como se assegura a participação da comunidade académica numa mudança tão fundamental da vida da universidade?
- qual a vantagem do reforço de uma liderança unipessoal na figura do reitor?
- por que razão se considera que o CC poderá garantir melhor o interesse público de uma universidade pública?
- que universidade se pretende, qual a sua missão e, em função disso, qual a melhor forma de organização e gestão?
- que estudos fundamentam esta proposta em particular, se o atual modelo foi avaliado para justificar esta alteração, ou trata-se apenas de teimosia pessoal de um reitor com desejo de reforçar o seu protagonismo?
- que vantagens têm as atuais universidades fundacionais sobre as que funcionam noutro regime, quando os relatórios de avaliação da Universidade do Porto e do ISCTE salientam que as leis orçamentais retiram toda a suposta flexibilidade que o regime fundacional garantiria?

Missão pública em risco. Subjacente a esta proposta está implícita a ideia de que a universidade, para prosseguir a sua missão pública, tem de ser gerida como uma instituição privada, com um conselho que lhe é exterior, e com poderes que vão muito além da administração, podendo facilmente interferir na organização do dia a dia das instituições, afetando, nomeadamente, a carreira e a autonomia dos docentes e da própria universidade.

Num contexto em que é cada vez maior o desinvestimento no Ensino Superior e na Investigação, a passagem ao regime fundacional pode parecer vantajosa, com a promessa de alguns facilitismos gestionários a curto prazo. Mas, na realidade, configura um risco de se perder a missão pública do Ensino Superior público.

Está em causa o acesso universal ao Ensino Superior. Estão em risco as carreiras de funcionários, docentes e investigadores. Está sob ameaça o Ensino Superior público de qualidade, pelo que o Sindicato dos Professores do Norte não deixará de reafirmar a sua contestação ao regime fundacional e de continuar a pugnar pela salvaguarda da missão pública da universidade pública.

A PACC MORREU, PIM!

O Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais duas normas do ECD constantes nos artigos 2º e 22º e nos decretos regulamentares 03/2008 e 71/2013, pondo fim à fantochada da *prova de avaliação de conhecimentos e capacidades*. A decisão do TC prova a justeza da luta travada por muitos educadores e professores e confirma o que o SPN, a Fenprof e a maioria das organizações sindicais docentes defendem – um dia, talvez a FNE explique a troca de quê recuou e abandonou os educadores e professores ao festim examinador da *Cratocracia*...



5 de outubro, Dia Mundial dos Professores

POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E SUSTENTÁVEL



O SPN assinalou o Dia Mundial dos Professores com a realização de um seminário em Braga. Sob o lema “Dar força aos professores. Por uma sociedade mais justa e sustentável”, a sessão decorreu em Braga (dia 10) e contou com a presença de Manuel Carvalho da Silva, Manuela Esteves e Manuela Mendonça.

MANUELA MENDONÇA: 'AGENDA 2030' E POLÍTICAS EDUCATIVAS

A coordenadora do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) realçou a importância da 'Agenda 2030', recentemente adotada pelos chefes de Estado e de governo na Assembleia Geral das Nações Unidas, onde a Educação surge como 4º objetivo: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Esta é uma agenda que pretende reclamar para os professores condições de trabalho condignas, ambientes de trabalho seguros, saudáveis e dotados de recursos adequados, confiança, autonomia profissional, liberdade académica, qualidade da formação inicial e do desenvolvimento profissional contínuo. Para o secretário-geral da Internacional da Educação (Fred Van Leewen), a implementação deste programa “só poderá tornar-se realidade se (...) os educadores de todo o mundo se unirem em defesa da sua profissão e exigirem aos governos o cumprimento das novas metas para a educação, investindo nos professores”.

Outro documento destacado nesta intervenção foi a *Recomendação Relativa à Situação dos Professores* (OIT/UNESCO), que no próximo ano comemora 50 anos e que, no nosso país, se encontra nos antípodas das políticas educativas seguidas nos últimos anos, em particular a partir de 2005, por um governo que impôs um conjunto de medidas baseadas no equívoco de que no sistema educativo há dois interesses divergentes, porventura antagónicos: de um lado, os professores; do outro, as escolas e os alunos, cabendo ao governo a defesa destes.

Deitando mãos à obra, o Ministério da Educação desenvolveu uma campanha de desvalorização do trabalho e do papel dos professores, num ataque sem precedentes ao seu profissionalismo e à sua dignidade. A este propósito, em 2006, o filósofo José Gil escrevia: “Fica-se com a sensação de que o ME tem do professor a ideia de alguém que goza de privilégios imerecidos, que sobe à balda na carreira, que falta às aulas quanto pode, que se está nas tintas para o aluno, que se esquia o mais possível ao trabalho e ao esforço”. Há que pôr ordem nisto, porque não é admissível que os docentes tenham “transformado a escola num lugar para se viver de boas rendas, trabalhando pouco, mal, e gozando de inomináveis regalias e do maior tempo de ócio”.

Agir para mudar. É neste cenário que se enquadra a imposição de um novo Estatuto da Carreira Docente, de outro modelo de avaliação do desempenho e de um regime de administração e gestão empresarial que formataram a visão funcionarizada da profissão, provocando uma profunda revolta entre os docentes. A luta desenvolvida permitiu a inversão de alguns aspetos, no entanto, assistimos à debandada de muitos profissionais com grande experiência e competência pela via da aposentação antecipada.

Em seguida, calhou em sorte a dupla Passos Coelho/Nuno Crato, para quem “a educação é um bem transacionável” e os professores uma despesa que urge eliminar. Para isso, o Governo impôs o aumento do número de alunos por turma, reduziu a prática experimental das ciências e das tecnologias, eliminou disciplinas indispensáveis à

>>>



formação integral de crianças e jovens, criou mega-agrupamentos pedagogicamente ingovernáveis, reduziu apoios a alunos com necessidades educativas especiais, restringiu as ofertas educativas para jovens e adultos na escola pública... O denominador comum foi cortar milhões de euros no orçamento da Educação.

Não surpreende, pois, que um estudo da Universidade do Minho, realizado em 2014, tenha evidenciado que perto de 2/3 dos docentes admitam uma diminuição na “motivação em relação ao trabalho” e falem em “tsunami legislativo”, “legislação mirabolante”, “imagem desgastada” e “massacre sistemático da comunicação social”. Os investigadores concluíram que a sala de aula é “o último reduto” onde os professores encontram alguma compensação.

No final da sua intervenção, Manuela Mendonça alertou para o facto de o stresse, o desânimo e o extremo cansaço sentidos pelos professores colocarem em risco o futuro da profissão e o futuro das crianças, jovens e adultos com quem, e para quem, os professores trabalham quotidianamente. Cabe-lhes, e aos seus sindicatos, contrariar esta tendência e agir no sentido de encontrar os caminhos para que a mudança aconteça.

MANUELA ESTEVES: SER PROFESSOR NOS DIAS DE HOJE

Constatando que vivemos num mundo vertiginoso de constantes mudanças globais, umas empolgantes, outras dramáticas, Manuela Esteves começou por questionar o que se espera da Educação e quais as funções da escola – formar indivíduos, pessoas capazes de serem felizes; formar cidadãos, pessoas capazes de viver em sociedade, de serem solidários, críticos e atuantes; formar trabalhadores, pessoas capazes de se inserirem no mundo do trabalho – para constatar da evidência sobre as opções políticas momentâneas que pretendem atrelar os alunos unicamente à empregabilidade.

Depois de recordar que a profissão foi construída ao longo de 150/200 anos, a oradora (Instituto da Educação da Universidade de Lisboa) centrou o enfoque no Portugal democrático, onde, numa primeira fase, assistimos a um processo histórico de dignificação da profissão, de melhoria do seu estatuto, de empenhamento dos professores “na educação como uma causa”. Hoje, vivemos uma

fase de crise resultante do ataque sistemático à Escola Pública por parte de quem tem governado. E entre o “idealismo beato” daqueles que acatam acriticamente todas as supostas inovações e o “cinismo conservador” dos que acham que a inevitabilidade tudo determina, Manuela Esteves considera que os professores deverão optar por uma posição de “otimismo realista”, próprio dos que acreditam que não podendo reverter tudo, por vezes obtemos importantes vitórias. Pelo que “importa acreditar na profissão, ter uma atitude vigilante e promover a sua defesa”. Curiosamente, frisou, “raramente os educadores e professores valorizam as suas conquistas – a maior parte das vezes só se dão conta da sua importância quando estas desaparecem”.

O que diz o TALIS. Porque é importante conhecer para agir, Manuela Esteves recorreu a um estudo comparado dos 30 países da OCDE (2013), que apresenta alguns dados que importa reter. Por exemplo, os docentes portugueses possuem uma formação mais elevada do que a média, têm mais experiência profissional e a grande maioria dedica-se em exclusivo à profissão – 94,5 por cento, muito acima da média dos restantes países (82,4%). Apesar desta dedicação, quando se analisam os contratos permanentes, os de lá estão profissionalmente mais seguros do que os de cá (82,5% contra 75,7%). Outros indicadores: os portugueses trabalham mais duas horas letivas do que a média, gastam mais tempo com a burocracia, reúnem mais vezes, discutem critérios de avaliação e casos individuais de alunos, desenvolvem projetos interdisciplinares e trocam materiais produzidos pelos próprios. Ao invés, são dos que menos aulas observam, prática que entre nós surgiu associada à avaliação de desempenho. Curiosas são as respostas às questões da satisfação com a profissão. Ao item “estou satisfeito(a) com o meu emprego”, para uma média de 91%, os portugueses contrapõem com 94%. No entanto, quando perguntados “se voltasse a escolher uma profissão, optava por ser professor(a)”, só 71,6% dos nossos o fariam, ao passo que a média respondeu afirmativamente em 78% dos casos. Por fim, os autores pretenderam saber se os professores sentem que “ser professor é uma profissão socialmente estimada” – apenas 10,5% dos docentes portugueses disseram “sim”, muito abaixo da média (32%).



CARVALHO DA SILVA: DESAFIOS À ESCOLA E AOS PROFESSORES

Manuel Carvalho da Silva iniciou a sua intervenção com uma análise do momento político, afirmando que o quadro “é completamente diferente do vivido até 3 de outubro”; “a maioria dos portugueses votou contra a política da austeridade”; há pelo menos três países da União Europeia em que o partido mais votado não participa no governo; a nova realidade desacredita “a teoria do arco da governação, que exclui 20% dos portugueses”. Críticas ao Presidente da República também houve – “então Cavaco Silva encarrega Passos Coelho de estudar a possibilidade de criar governo e depois é que vai ouvir os partidos?”.

No entender do investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, o país viveu uma austeridade inspirada em mentiras. É certo que havia um memorando para cumprir, mas não ao nível daquele que foi aplicado: a maioria das medidas era sazonal, mas ameaça ser permanente; criou-se a ideia de que todos vivemos acima das nossas possibilidades, mas tal só serviu para promover o desemprego, provocar cortes nos salários e nas pensões, retirar férias e feriados, aumentar o número de horas de trabalho... No final, do conjunto das medidas tomadas, assistiu-se a “uma transferência de 3.000 milhões de euros/ano do trabalho para o capital”.

Outra desmitificação feita pelo sociólogo: a ideia de que primeiro é necessário criar riqueza, e depois distribuí-la em favor do bem social. “Nada mais falso!” Esta é uma ideia que conduz ao “assistencialismo caritativo”.

Vejamos o caso da “universalização dos direitos”. Criamos um cenário em que vivemos uma crise de tal dimensão que coloca em perigo a existência de direitos. Só há uma saída – a crise será ultrapassada se for vista como uma oportunidade. De negócio, claro! Assim, “a pobreza é uma área de negócio”; a “assistência social é outra área de negócio”; a saúde, uma área “bem rentável para o capital privado, porque com o pretexto de mais saúde, as pessoas estão dispostas a investir o que têm e o que não têm”. E o mesmo se passa com o mercado da Educação!

Escola, demografia e trabalho. Carvalho da Silva considera que a Escola está, e sempre estará, no centro do debate político no que toca aos desafios do futuro. E a questão que se coloca é sempre a mesma: compete à Escola preparar cidadãos e seres humanos plenos ou preparar para o trabalho, tão ao gosto do modelo neoliberal em voga? Escola acrítica, submetida à ideologia dominante?

“Não, a Escola Democrática não é isso!” A Escola que temos e construiremos aponta para outra matriz de desenvolvimento que vai muito para além da mera instrução. E o orador não tem dúvidas, “foram os professores que garantiram a qualidade da Escola Pública”, e a prova está na “exportação de mão de obra qualificada que sai do país a custo zero”.

A quebra da natalidade foi outro aspeto abordado. Um problema que já se coloca à Escola, mas que deveria, primeiro, questionar a sociedade e o poder político. A reconfiguração social e demográfica dar-se-á pela recuperação dos níveis da natalidade ou será a imigração a ter um papel preponderante? Se assim é, onde estão as políticas de incentivo à natalidade? E onde ficam os 500 mil jovens que saíram do país?

A finalizar, Carvalho da Silva realçou as questões do trabalho, que “é tudo na nossa vida”. O trabalho tem presentes dimensões económicas, sociais, culturais e políticas; requer ensino, informação, comunicação, cultura; exige participação e dispor do tempo; convoca aprendizagens, potencia-as e desenvolve-as; requer qualificações prévias e vai exigindo novas qualificações; reclama saúde física e equilíbrio emocional; potencia a utilização mais equilibrada do não-trabalho. O não-trabalho é uma dimensão que importa analisar, principalmente quando as novas tecnologias e a voragem do empreendedorismo invadem as nossas vidas. Assistimos hoje à completa desregulação do tempo que nos pertence, a tal ponto que em França aconteceu o impensável com a publicação de uma lei que afirma: “O tempo que vai para além do contratualizado pertence exclusivamente ao próprio indivíduo”...

FORMAÇÃO CONTÍNUA NO SPN

Em 2016, o CEFOSPN procurará dar maior resposta em termos de cobertura geográfica e assegurar maior diversidade formativa. As ações serão disponibilizadas gratuitamente aos associados, na reafirmada convicção de que a formação é um direito e não um negócio.



As transformações políticas, sociais e culturais, bem como as mudanças ao nível científico e tecnológico, exigem professores inovadores, empenhados e reflexivos, capazes de pensar modalidades de educação mais flexíveis e de redefinir os seus projetos pedagógicos, as suas práticas e as suas competências face à diversidade cultural existente, no sentido da promoção de aprendizagens significativas. Nesta perspetiva, a formação de professores (inicial, contínua, especializada) deve ser concebida a pensar no público-alvo que o sistema educativo tem como propósito instruir e formar e ter duas vertentes fundamentais: *científica*, estabelecendo novas relações estratégicas com os saberes e entre eles; e *socioeducativa*, apetrechando os professores para os diferentes contextos existentes nas escolas e nas respetivas comunidades.

Contudo, importa denunciar que as condições para a efetiva concretização da formação contínua continuam a diminuir, numa estratégia de desvalorização da profissão docente. De facto, e apesar de essa formação ser um direito dos professores e uma responsabilidade do Ministério da Educação, muitos centros de formação – e em particular o do Sindicato dos Professores do Norte – ficaram, a partir de 2008, sem qualquer financiamento ou apoio da tutela.

Mas a formação contínua é também um dever profissional, embora salvaguardando qualquer encargo financeiro para os professores, pelo que os centros das associações de escolas e as próprias escolas atravessam tempos particularmente difíceis, assegurando apenas algumas áreas e à custa da boa vontade de muitos colegas-formadores acreditados. E neste contexto, já

de si desprestigiante e indiciando desvalorização e proletarização profissional, é de relevar que os formandos são quase sempre obrigados a frequentar as ações em regime pós-laboral, sem a devida compensação na reorganização dos seus horários semanais.

Alargamento. Foi neste quadro que, no ano letivo anterior, a direção do SPN decidiu reorganizar o seu Departamento de Formação, com prioridade à formação contínua. Num curto espaço de tempo, só possível com o empenho e a solidariedade de vários dirigentes, funcionários a formadores, foi reativado o Centro de Formação do SPN (CEFOSPN) e estavam criadas condições logísticas e humanas para responder a algumas solicitações, quer de associados (formação contínua), quer do próprio SPN (formação sindical).

Assim, durante o terceiro período de 2014/15, o CEFOSPN realizou várias ações de formação contínua creditadas, nomeadamente em Chaves, Guimarães e Porto; no âmbito da formação sindical, também creditada, realizaram-se ações em Bragança, Mirandela e Vila Real/Chaves.

Em 2016, o plano de formação procurará dar maior resposta em termos de cobertura geográfica e assegurar uma maior diversidade formativa. As ações serão disponibilizadas gratuitamente aos sócios do SPN, que assim reafirma a convicção de que a formação é um direito e não um negócio.

É também um propósito continuar a dinamizar e incentivar a colaboração de quadros sindicais e universitários com trabalho realizado sobre várias temáticas, particularmente relacionadas com a formação de professores.



Apelo aos sócios do SPN

ESCOLAS PRECISAM DE ‘VITAMINA D’

Os resultados das recentes eleições para a Assembleia da República ficaram longe de traduzir o descontentamento dos professores pela política educativa de Nuno Crato, mas diminuíram substancialmente o poder de quem nos vai governar. Sem maioria absoluta, o próximo governo deverá ser, por necessidade, mais aberto ao diálogo, mais flexível na negociação e mais sensível à contestação. Uma conjuntura política mais favorável poderá aumentar a nossa margem de manobra no plano institucional, mas é insuficiente se, ao mesmo tempo, não formos capazes de aumentar a força da nossa razão, da nossa participação e da nossa mobilização.

Existe no organismo humano uma vitamina que é gerada pelo sol e que fortalece os ossos, protege o coração e reforça o sistema imunológico. É a vitamina D. Nas associações de trabalhadores essa vitamina é o *delegado sindical*, gerada pela vontade dos sócios e pela generosidade do próprio para garantir que o sol quando nasce seja, efetivamente, para todos.

Tempos houve em que foi fácil manter uma extensa e dinâmica rede de delegados sindicais. Atualmente, na maioria das escolas não há um, sequer.

Os direitos sindicais ainda não se extinguiram, mas aumentaram exponencialmente os constrangimentos ao seu usufruto. Essa é também uma consequência da ofensiva desenvolvida contra os professores durante os últimos 10 anos e iniciada no consulado de Maria de Lurdes Rodrigues, segundo o lema de que a função do Ministério da Educação era, tão só, *a defesa dos interesses dos pais e dos alunos*, ignorando totalmente os direitos dos professores em geral; particularmente, aqueles que exercem a atividade sindical passaram a ser estigmatizados e considerados adversários, numa estratégia – felizmente falhada, mas assumida à boca pequena – *quebrar a espinha à Fenprof*.

Ao mesmo tempo, está em curso um plano deliberado para desfigurar a identidade profissional docente, transformando os professores em funcionários subalternos amestrados e liquidando a sua condição natural de profissionais autónomos e reflexivos.

A imposição de um modelo de gestão unipessoal e autocrático, de um sistema de avaliação baseado na competição, da ameaça constante do desemprego e do progressivo aumento da carga de trabalho criou um clima escolar marcado pela prepotência, pela subserviência, pelo individualismo, pelo medo e pela falta de tempo. Em consequência destas adversas circunstâncias e como reflexo do espírito do tempo em que vivemos, fortemente marcado pelo recuo da cidadania, a eleição de delegados sindicais tem-se tornado cada vez mais difícil, mas nunca foi tão importante.

Os delegados sindicais são a presença física do sindicato nas escolas, a única que permite um contacto pessoal e permanente com os sócios e não sócios. A sua não existência dificulta significativamente o trabalho de ligação às escolas, porque eles são verdadeiramente os olhos, os ouvidos e os braços do sindicato e elementos fundamentais para a interpretação das aspirações e propostas dos professores e um veículo privilegiado das posições e ações do sindicato. A sua inexistência empobrece gravemente a dinâmica da vida sindical e dificulta seriamente a intervenção em torno dos problemas particulares de cada escola.

A importância do delegado sindical é bem sublinhada pela Constituição da República Portuguesa ao consagrar-lhe o direito a *proteção legal adequada contra quaisquer forma de condicionamento, constrangimento ou limitações do exercício legítimo das suas funções* (artigo 55º).

Por tudo isto se apela aos sócios para que aceitem o desafio de comunicarem a sua disponibilidade para a função, dando mais organização e eficácia à intervenção do Sindicato dos Professores do Norte contra as tentativas de municipalização e posterior privatização da educação, contra a gestão autocrática das escolas e pela reconquista das condições de trabalho anteriores a 2005.

QUE RUMO SEGUIR NESTE NOVO CICLO?

No início de mais um ano letivo, e ainda em vésperas das eleições legislativas, os dirigentes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) reuniram durante dois dias, no Porto, para refletir sobre a profissão e a Educação, equacionar os caminhos a trilhar no novo ciclo pós-eleitoral e identificar prioridades para a ação sindical.

“Os governos devem olhar para os sindicatos como solução. Queremos intervir em tudo o que diz respeito à Educação e mostrar que os sindicatos têm força, mas a única maneira de ter força é termos os professores ao nosso lado” [Abel Macedo].

Independentemente dos resultados verificados nas eleições legislativas de 4 de outubro, as preocupações dos professores continuam a ser muitas e há questões que devem ser de imediata resolução. Questões já assumidas pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) numa lista de 12 medidas de concretização imediata a apresentar aos grupos parlamentares e exigir ao novo governo:

- suspensão do processo de municipalização da educação;
- consideração de todas as atividades desenvolvidas com os alunos na componente letiva dos horários dos professores;
- publicação de portaria para integração de professores no escalão salarial correto;
- reconstituição das turmas que desrespeitam normas legais vigentes;
- regularização das situações contratuais para exercício nas AEC;
- publicação das listas de ordenação e de colocação das bolsas de contratação de escola na página da DGAE;
- suspensão da PACC e revogação dos seus efeitos nos concursos;
- aplicação na Educação Pré-Escolar do calendário estabelecido para o 1º Ciclo;
- revogação do ‘processo Cambridge’ (exame de Inglês);
- negociação de um novo quadro legal para a profissão docente, que tenha em conta o elevado desgaste causado pelo seu exercício e garanta horários de trabalho adequados e um regime excecional de aposentação;
- alargamento do período transitório para os docentes do Ensino Superior que não concluíram doutoramento ou não obtiveram título de especialista;
- suspensão dos efeitos da avaliação aos centros de ciência e unidades de investigação (FCT).

“São problemas que têm de ser muito rapidamente resolvidos”, disse Manuela Mendonça. “O documento já está trabalhado e discutido no plano da Fenprof. Agora temos que definir as prioridades negociais com o novo Governo. E como deu para perceber neste debate, há questões muito importantes e que estão a causar muita instabilidade e muito desgaste, como os concursos, os horários de trabalho, o que é componente letiva e não letiva”, adianta a coordenadora do SPN, concluindo: “tem de haver profundas alterações nas condições de trabalho dos professores, que são também condições da aprendizagem dos alunos”.

Ideias e prioridades. Ao longo dos dois dias, os dirigentes do SPN refletiram e manifestaram as suas preocupações sobre vários eixos da política educativa, como os currículos, a formação contínua de professores e a avaliação do desempenho docente.

Uma das questões mais sublinhadas prende-se com a carga de trabalho e os horários a que os professores estão sujeitos e que precisam de ser revistos, porque “não vamos conseguir aguentar isto muito mais tempo”, como se ouviu. “Ninguém está motivado para trabalhar nestas condições. Só tendo tempo se consegue fazer um bom trabalho e motivar os alunos”, foi outra ideia recorrente.

O número de alunos por turma, a precariedade, a necessidade de um concurso único, por graduação, e a participação dos professores nas escolas foram outros dos temas levantados. “Um dos temas de que se falou muito, e que queremos recolocar em discussão, é a gestão democrática das escolas. Até porque também se liga às questões da municipalização e da administração do sistema educativo”, frisou Manuela Mendonça. “Queremos pôr em discussão a necessidade de rever o modelo em vigor e de o fazer de forma participada. Não sendo uma questão que diga respeito apenas aos professores, tem de ser discutido no âmbito da comunidade escolar e educativa”.

Para os sindicalistas presentes, a dificuldade é definir o que é prioritário a cada momento, porque “os problemas são imensos e é difícil dar resposta a tudo ao mesmo tempo”. E também fazer passar a mensagem: “Se não conseguirmos priorizar as questões e procurarmos responder a tudo ao mesmo tempo, acabamos por não obter um resultado eficaz do ponto

de vista daqueles a quem a mensagem se dirige. Não quer dizer que não haja outros problemas, mas é preciso saber qual é a grande preocupação a cada momento e quais são as soluções propostas pelo sindicato”, sublinha a coordenadora do SPN.

Identidade profissional. Os ataques à identidade profissional docente e a necessidade imperiosa de devolver dignidade aos professores foram outros tópicos em análise. As jornadas do SPN tiveram como convidado Manuel António Silva, que começou por recordar a história da profissão para concluir que a sua evolução acaba por explicar a “pluralidade de identidades” existente.

Depois, o académico e investigador da Universidade do Minho referiu a dimensão intelectual da profissão docente, definindo quatro tipos de intelectuais: o *hegemónico*, que normalmente passa para o lado do poder e constrói os documentos que têm de ser executados por subalternos; o *crítico*, capaz de identificar os problemas, mas que está longe de conseguir intervir; o *conformista*, que aceita e está de acordo com a situação em que se encontra; e o *transformador*, que alia a crítica à ação.

“A questão da identidade tem muito que se lhe diga. Com que dimensão nos identificamos?”, questionou Manuel António Silva. “É possível encontrarmos em nós características destes quatro intelectuais”, respondeu, alertando para a dificuldade de concretizar uma cultura profissional enquanto houver formas diferentes de os professores se ligarem.

E quanto ao estatuto social da profissão? “Os professores continuam a ter boa imagem social, mas não veem isso”...

Otimismo. No final das jornadas, a coordenadora do SPN fazia um balanço positivo. “Valorizo muito a possibilidade de os dirigentes terem mais tempo para, em conjunto refletir e trocar ideias sobre temas importantes para os professores e para a Educação. Outro aspeto positivo é esta iniciativa acontecer no início do ano letivo, o que nos permite definir prioridades do ponto de vista da atividade sindical e preparar o trabalho a desenvolver”, afirmou Manuela Mendonça, acrescentando a importância do reforço dos laços de grupo e da troca de pontos de vista e experiências. Um trabalho “fundamental nos sindicatos”, para garantir a participação de todos na estratégia sindical.

Finalmente, a expectativa para este ano é que seja melhor do que os anteriores. “Sou otimista, portanto, espero que este ano seja o início da reversão de ciclo, que haja uma rutura do ponto de vista das políticas educativas que têm vindo a ser implementadas, e das quais fazemos um balanço muito negativo. A minha expectativa é que seja, de facto, o início de um novo ciclo, com alterações e melhorias efetivas, não apenas no plano socioprofissional, mas também no plano educativo, desde a Educação Pré-Escolar ao Ensino Superior e à Investigação”, concluiu Manuela Mendonça.

Maria João Leite
A Página da Educação



MANUEL ANTÓNIO SILVA EM DIRETO

AS PESSOAS PREFEREM O QUE FACILITA A VIDA



Professor e investigador do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Manuel António Silva foi o convidado das Jornadas Sindicais promovidas pelo Sindicato dos Professores do Norte.

Ser professor não está fácil...

Não, mas não é de agora... Em Portugal, a história da profissão tem contornos caricatos, porque ela não era regulada pelo Estado. Os poucos professores que existiam era pagos ao nível local, pelas famílias, e tinham dificuldades em fugir ao controlo que, no fundo, elas exerciam sobre eles. Com o Marquês de Pombal, a centralização do que existia do ponto de vista educativo era fundamental, e isso foi compaginável com o interesse dos professores, que se viam livres das amarras. Uma centralização acentuada depois com o modelo francês, em que todas as escolas têm de fazer as mesmas coisas à mesma hora, que é uma forma de regulação da ação por controlo remoto. Portanto, a profissão docente foi sempre construída com base no controlo à distância, mas uniformizável. Isto é, os professores, efetivamente, nunca tiveram poder para definir os conteúdos do ensino.

Isso convoca a questão da autonomia. Mas não é importante haver uma base comum?

A uniformização das normas regulatórias da ação pode ser pelos princípios. A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) é um conjunto de princípios orientadores da ação, que não é incompatível com o exercício profissional ao nível do local. Por exemplo, na reforma que está a ocorrer agora na Finlândia, 30 por cento do currículo vai ser obrigatoriamente definido ao nível local. Pergunta: e depois não vai haver discrepâncias? Mas em que sentido? Os conhecimentos que as escolas vão trabalhar com os alunos nunca são inúteis; a não ser que todos os conhecimentos sejam inúteis... Isto para dizer que não é preciso haver normas muito rígidas para regular a ação. Outro exemplo: em Espanha, cada província é autónoma para de-



finir o currículo que dá às suas populações – até do ponto de vista linguístico – e não é por isso que as pessoas de lá são melhores ou piores do que as de outros países. São formas diferentes...

Portanto, deveria haver mais autonomia.

Quando se deu o 25 de Abril, eu era aluno do Ensino Secundário. Nessa altura foi necessário pôr os manuais todos no lixo, porque eles veiculavam uma ideologia, e durante dois ou três anos não havia manuais em nenhum nível de ensino. Os professores tinham de arranjar materiais para trabalhar com os seus alunos. E como cada professor fazia uma pesquisa no sentido de levar textos diferenciados para a sua aula, e estamos a falar de coletivos, a riqueza da informação que entrava na escola era muito superior à que entrava com os manuais – elementos de controlo externo, que as pessoas utilizam cada vez mais, porque simplificam as suas práticas. E ao mesmo tempo mutilam a autonomia das escolas. Mas as pessoas preferem o que facilita a vida; até já há manuais para planificar aulas...

Quando se fala de classe docente, a divisão entre professores é uma questão recorrente. Isso não ajuda a uma identidade profissional, pois não?

Não, mas é constitutivo do professorado que temos. A classe docente foi sendo produto de diferentes géneses. Temos de trazê-las para cima da mesa e perceber o que é importante aproveitar dessas diferenças e o que não é. Hoje, pelo menos do ponto de vista académico, não existe nenhuma razão para que haja diferentes tipos de identidades: hoje, todos têm obrigatoriamente um mestrado, e desde '98 todos tinham obrigatoriamente uma licenciatura. Mas persiste outro aspeto, que é o caráter mais ou menos complexo da atividade docente – os do Ensino Secundário acham que o seu trabalho é mais complexo do que o do 1º Ciclo, e vice-versa. Esta competição existe, é real.

A avaliação também é fator de divisão?

A avaliação contribui para isso. Porque não está feita para produzir o que afirma produzir, que é a melhoria da qualidade da Educação e

das relações profissionais. Pelo contrário, ela é construída tomando como base a hierarquização das pessoas em termos de qualidade... Para mim, bom professor é aquele que tem uma ótima relação com os alunos e que contribui para a sua evolução como seres humanos, a todos os níveis, e não o que está sempre a dizer que tem de ser melhor do que os outros, que tem de ter as melhores notas... Isto leva claramente a que olhemos o outro sempre como um adversário, como alguém que temos de eliminar.

Então, como se constrói a cultura profissional docente?

Essa é pergunta de um milhão de dólares. Se eu fosse ministro, além dos princípios gerais que estão consagrados na LBSE, dava toda a autonomia às escolas para realizarem a sua atividade, o que também significava que depois responderiam perante o que fossem os seus resultados. Digamos: são as escolas que têm de resolver os problemas da disciplina, das aprendizagens... Porque ninguém resolve esses problemas por elas. Licínio Lima escreveu que as escolas são centrais do ponto de vista educativo e periféricas do ponto de vista político. Isto é, as escolas não são chamadas a pronunciar-se para a construção do edifício político e pedagógico que orienta o seu trabalho, mas são chamadas a executar tudo isso. O Ministério da Educação, pelo contrário, é central do ponto de vista político e ausente do ponto de vista educativo. E do ponto de vista educativo, não pode substituir-se à Escola, porque essa é uma tarefa que lhe é inerente. Já em '95, António Barreto dizia que o modelo centralista estava esgotado. Por que carga de água é que continua a reforçar-se? Dá ideia que há uma desconfiança dos poderes instituídos em relação às escolas e aos professores. Acham que não são capazes?

A imagem social dos professores é boa?

Na minha opinião, é. Mas parece que não fazem ideia do poder enorme que é marcar a agenda das pessoas, marcar quem somos todos nós.

Maria João Leite
A Página da Educação

LUTAR PELA PROFISSIONALIDADE PERDIDA



Nos últimos anos, a identidade profissional docente tem sido torpedeada de muitas maneiras e de vários ângulos, mas sempre com os poderes políticos no olho do furacão. O objetivo central é sepultar definitivamente o professor reflexivo, autônomo, comprometido e responsável para que apontavam os primeiros anos da nossa democracia.

Esse profissional docente é necessariamente interventivo em relação ao que se passa à sua volta, seja ao nível da escola ou do sistema educativo. Sente-se e age como construtor do quotidiano pedagógico, e não apenas como obediente executor de orientações emanadas dos gabinetes que preenchem a teia dos poderes. Sabe que um profissional habilitado e responsável não se subjugava a nenhum sentimento de medo ou a represálias ditadas por superiores hierárquicos de nível local ou central.

A onda neoliberal que varre o mundo, e que aqui encontrou para a Educação o rosto do ultraliberal e reacionário ministro Nuno Crato, quer tudo menos professores que estruturam as suas práticas de modo a permitirem a vivência de situações de partilha e solidariedade, o reforço do sentido de pertença à escola e à comunidade, bem como o desenvolvimento de pensamento crítico.

Para tentar alcançar o professor funcionário, dócil e respeitador, de que essa onda precisa, há que emparedar a profissão docente contínua e progressivamente:

- currículos escolares e professores passaram a ser campos afastados e distantes, onde os primeiros assumem a face minimalista e funcional de instruir os alunos para o mercado de trabalho, enquanto os segundos se transformam em simples executores dos designios das elites dominantes;

- os professores são afastados da formação contínua, para não terem a veleidade de tentar definir caminhos de afirmação e autonomia, de cooperação e entreatajuda, enquanto lhes impõem critérios de funcionarização da atividade docente, numa lógica de submissão e medo;

- a avaliação do desempenho docente em vigor pouco mais é do que um meio para tornar os professores obedientes e conformados ao modelo de escola e sociedade que sendo sendo imposto...

A libertação destes e de outros muros opressores – que comprimem cada vez mais o exercício profissional docente – configura hoje o maior desafio que se coloca aos professores.

EDUCAÇÃO COMPARADA: SPCE-SCE PROMOVE CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

No início do próximo ano, Lisboa vai acolher uma grande conferência internacional sob a consigna “A Educação Comparada para além dos números: contextos locais, realidades nacionais e processos transnacionais”. É a primeira grande iniciativa da Secção de Educação Comparada da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE).



A Secção de Educação Comparada (SEC) foi formalmente constituída no último congresso da SPCE, realizado em setembro do ano passado, em Vila Real. Pouco tempo depois (novembro), a SPCE-SEC foi admitida como membro de pleno direito no *World Council of Comparative Education Societies* e participou na constituição da Sociedade Iberoamericana de Educação Comparada (SIBEC). “Os professores e investigadores do campo da Educação Comparada passaram a ter uma representação externa, facilitando a sua participação em eventos internacionais e reforçando a internacionalização da sua produção científica”, vaticina António Teodoro, coordenador da SEC e da conferência, que decorrerá entre os dias 25 e 27 de janeiro (inscrições até 5 de novembro).

A realização da conferência é também um esforço nesse sentido, estando já confirmados, como conferencistas ou participantes em painéis, vários reconhecidos investigadores nesta área: Andy Green (Univ. Londres), Carlos Alberto Torres (Univ. Califórnia), Gunther Dietz (Univ. Intercultural Veracruzana),

Jean-Louis Derouet (Esc. Normal Superior de Lyon), José Beltran (Univ. Valência), Mariano Enguita (Univ. Complutense de Madrid), Pablo Gentili (Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais), Roger Dale e Susan Robertson (Univ. Bristol), Romuald Normand (Univ. Estrasburgo), Xavier Aragay (Fundação Jesuítas Educação da Catalunha) e Xavier Bonal (Univ. Autónoma de Barcelona), entre outros, como os portugueses António Magalhães (Univ. Porto), Almerindo Janela Afonso (Univ. Minho) ou David Rodrigues (Associação Pró-Inclusão).

Eixos temáticos. Consequências na educação dos processos de ajustamento registados em alguns países, como Portugal; políticas de educação global, regulação transnacional e reformas nacionais; igualdade e diferença

na escola compreensiva e inclusiva; interculturalidade crítica na educação; formação profissional e educação ao longo da vida; novas subjetividades e problemáticas na educação; Bolonha e perspetivas transnacionais no Ensino Superior; estudos comparados: do currículo aos manuais, da formação de professores à liderança das escolas; da gestão das universidades ao controlo da profissão académica; dos saberes-poderes à educação escolar e não escolar...

São alguns dos eixos temáticos da conferência, que funcionará por mesas temáticas (16) e grupos de trabalho (14). A relevância e atualidade, “bem como a necessidade da sua discussão, aberta e democrática, justificam uma ampla participação”, considera a SPCE-SEC.

“Num tempo em que se assiste,

também na Educação, à imposição de um pensamento e de uma agenda neoliberais e neo-conservadores e à emergência de uma governação global, patente em políticas que condicionam as reformas educativas nacionais e pretendem a convergência dos sistemas educativos”, a conferência assume-se como um espaço e um tempo para o debate democrático das políticas para a Educação.

Na verdade, face aos indicadores fornecidos por grandes estudos comparativos internacionais como o PISA, o TIMSS, o PIRLS ou o TALIS, “que passaram a desempenhar um papel-chave na regulação das políticas educativas dos Estados nacionais e das regiões onde se inserem, tornando-se uma das principais tecnologias de governação, ao fornecerem as evidências para a ação política governativa, impõe-se repor a discussão nos contextos locais, nas realidades nacionais e nos processos transnacionais”.

+ informação em:

www.spce-conference2016.pt

MIGRANTES E REFUGIADOS CONFIGURAM TRAGÉDIA HUMANA

Nas últimas semanas, o Mundo tem vindo a ser confrontado com notícias e imagens da catástrofe humana que se desenrola no Mediterrâneo e na Europa. São notícias e imagens de uma verdadeira tragédia, que não só parece não ter fim como tem vindo a intensificar-se.



Utilizando todos os meios e recursos ao seu alcance, milhares de seres humanos de todas as idades, oriundos de diversos países do Próximo Oriente, Médio Oriente e África, enfrentam todas as espécies de perigos – são incontáveis os afogados no Mediterrâneo, os sufocados nos porões de navios ou no interior de contentores, os violentados ou roubados – em busca da paz, da segurança e de condições de vida que deixaram de ter nos seus países e que a Europa, nem sempre a por eles sonhada, pode propiciar.

Europa que só agora parece ter descoberto a dimensão do caos sírio, oferecendo-se para receber uma pequena parcela dos 11 milhões de refugiados que procuram, sobretudo, abrigo nos países vizinhos, casos da Turquia, Líbano e Jordânia, onde a sua presença maciça perturba equilíbrios sócio-económicos e políticos, já que as ricas monarquias petrolíferas do Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Omã e Qatar) se recusam a acolhê-los, tal como aos refugiados iemenitas, de quem não se fala, optando por financiar o apoio humanitário prestado no Líbano e na Jordânia.

A situação que agora se vive, bem mais dramática e preocupante do que poderemos pensar, tem causas e tem responsáveis. A política de rapina e de apropriação dos recursos naturais é, sem dúvida, a

principal causa desta catástrofe. Os responsáveis são os governos ocidentais, sobretudo dos Estados Unidos e dos países aliados, que, escondendo os verdadeiros objetivos, ou em nome da defesa dos seus interesses, fomentam a guerra e promovem a ingerência nos países “em crise”.

Sem esquecer a ocupação marroquina do Sahara Ocidental, nem o martirizado povo da Palestina, Síria, Iémen, Afeganistão, Iraque e Líbia são exemplos do resultado de sucessivas intervenções militares que estilhaçaram os sistemas sociais e políticos desses países, transformando-os em territórios sem lei e à mercê de grupos terroristas, que na maior parte das vezes recebem apoio direto e indireto das chamadas ‘democracias’ ocidentais.

Pela oportunidade, pelas exigências apresentadas e pelo contributo para a compreensão das causas da catástrofe humanitária que o mundo está a viver, faz todo o sentido divulgar nesta edição a tomada de posição de um grupo de cientistas sociais da área das migrações [página seguinte].

Henrique Borges

Face a uma das maiores tragédias

CIENTISTAS SOCIAIS TOMAM POSIÇÃO PÚBLICA



“A União Europeia vive actualmente aquela que é sem dúvida uma das maiores tragédias desde que, com a assinatura do Tratado de Roma em 1957, a livre circulação foi instituída como um dos princípios fundamentais da Comunidade Europeia. Na origem desta tragédia encontram-se a intensificação dos conflitos no Médio Oriente e Norte de África na última década e meia (nomeadamente no Afeganistão, Iraque, Líbia, Síria e Palestina), o êxodo populacional que estes conflitos têm provocado e a desregulação dos sistemas de controlo nos países de origem. Porém, o carácter especialmente trágico de que se reveste a actual crise deve-se também sobremaneira a factores que se situam do lado da própria União Europeia – designadamente a crescente militarização das suas fronteiras exteriores e a tendência para a securitização da mobilidade humana.

A concretização do princípio da livre circulação no contexto da implementação do Acordo de Schengen de 1990 fez-se acompanhar, de forma apenas aparentemente paradoxal, por um reforço sem precedentes do controlo e vigilância das fronteiras exteriores – e estas restrições e militarização crescentes do acesso ao espaço europeu constituem causas fundamentais da tragédia humanitária em curso, na medida em que vieram limitar decisivamente o universo de estratégias disponíveis para concretização das intenções de fuga e acesso.

Ao mesmo tempo, e a um outro nível, esta tragédia constitui também um resultado da concepção securitária da mobilidade humana que se generalizou na União Europeia nas últimas décadas. Em termos simples, esta securitização tem consistido na gradual substituição, nos discursos político, jurídico e mediático, da figura do migrante «trabalhador» pela figura do migrante potencialmente «criminoso» – tendência que se tem manifestado a uma série de níveis, da proliferação da classificação da mobilidade humana predominantemente em termos da sua «regularidade» ou «irregularidade» ao enquadramento político e institucional da mobilidade humana sob a tutela da justiça e segurança.

Como temos podido verificar nestas últimas semanas, esta tendência tem contribuído para que se desenhem linhas divisórias entre pessoas e para que se reforce a percepção da circulação humana como ilegítima, o que não tem deixado de introduzir uma clara e perigosa tensão entre o exercício de soberania nacional e os direitos humanos universais que a própria Europa diz defender e promover.

A amplitude do movimento migratório dos últimos anos, bem como as condições da travessia do Mediterrâneo ou por terra que lhe estão associadas, não nos deixam impassíveis.

Nós, investigadores na área das migrações, recusamos legitimar qualquer política de confinamento das pessoas que impeça o exercício do direito fundamental a procurar algures um presente e um futuro melhor. Recusamos compactuar com a instrumentalização do medo e da emoção assente num racismo culturalista dirigido a imigrantes/refugiados que são classificados como «perigosos» com base em critérios de diferença racial ou religiosa. Recusamos a falsificação histórica que representa a Europa como marcada por uma identidade homogénea e todas as narrativas artificiais que inventam e propagam valores exclusivos. Recusamos assistir passivamente a discursos que reforçam a necessidade de medidas securitárias, levando à legitimação de instrumentos desumanos e violentos como as rusgas de imigrantes, os centros de expulsão e as deportações. Exigimos, pelo contrário, um debate com maior transparência, que não ignore os impactos sociais e humanos das políticas económicas europeias nos países do Sul global ou as responsabilidades especificamente europeias nas intervenções militares que têm destruído e desestabilizado muitos desses países. Exigimos que esta crise origine uma reflexão alargada e aprofundada sobre as consequências nefastas da militarização das fronteiras exteriores da União Europeia e da securitização da mobilidade humana. Exigimos ainda que todos os procedimentos relacionados com os imigrantes e refugiados sejam conduzidos com transparência e respeito pelos direitos humanos. Enquanto investigadores de diferentes ciências sociais como a Sociologia, Antropologia, Geografia, Economia, Ciência Política podemos e devemos dar o nosso contributo para uma reflexão crítica que urge sobre esta realidade, seja na participação no actual debate público ou na tomada de posição para uma sociedade mais plural e inclusiva.”

**Alexandre Abreu, Beatriz Padila, Cristina Santinho,
Francisco Vachiano, Inês Espírito Santo, Joana Azevedo,
João Baía, Jorge Malheiros, José Mapril, Raquel Matias,
Ricardo Falcão e Rui Pena Pires**

Nota: Texto publicado originalmente no *Le Monde Diplomatique* - Edição Portuguesa nº 108 (outubro de 2015)

SETEMBRO.2015

I Série

01. Lei 120. Alterações ao Código do Trabalho (Lei 7/2009), reforçando os direitos de maternidade e paternidade, e aos decretos-lei 91/2009 e 89/2009.

03. Lei 128. Alterações à Lei 2/2004 (estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado) e à Lei 64/2011 (procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública).

07. Lei 137/2015. Alteração ao Código Civil (aprovado pelo Decreto-Lei 47.344, de 25 de novembro de 1966), modificando o regime de exercício das responsabilidades parentais.

09. Resolução 68. [Conselho de Ministros] Autoriza a despesa de apoio financeiro a estabelecimentos de Ensino Artístico Especializado que celebrem contratos de patrocínio para os anos letivos de 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018.

10. Resolução 73. [Conselho de Ministros] Autoriza a despesa de apoio financeiro a estabelecimentos de ensino particular de Educação Especial que celebrem contratos de cooperação para o ano letivo de 2015-2016.

10. Resolução 74. [Conselho de Ministros] Autoriza a despesa de apoio financeiro a cooperativas e associações de Ensino Especial e a IPSS que celebrem contratos de cooperação para o ano letivo de 2015-2016.

21. Resolução 80. [Conselho de Ministros] Autoriza a despesa de apoio financeiro a entidades promotoras das AEC no 1º Ciclo que celebrem contratos-programa para o ano letivo de 2015-2016.

29. Decreto-Lei 211. Alteração ao Decreto-Lei 241/99, que cria a Escola Portuguesa de Moçambique - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

29. Decreto-Lei 212. Cria a Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

29. Decreto-Lei 213. Cria a Escola Portuguesa de Cabo Verde - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa

29. Decreto-Lei 214. Alteração ao Decreto-Lei 48/2009, que cria a Escola Portuguesa de Dili - Centro de Ensino e da Língua Portuguesa.

I Série - Suplemento

22. Portaria 304-B. Altera a Portaria 243/2012 (organização e funcionamento dos cursos científico-humanísticos de Ciências e Tecnologias, de Ciências Socioeconómicas, de Línguas e Humanidades e de Artes Visuais em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo) e estabelece princípios e procedimentos a observar na avaliação e certificação dos alunos.

II Série

14. Despacho 10.214. Ajuda respeitante a distribuição gratuita de frutas e hortícolas aos alunos do 1º Ciclo dos estabelecimentos de ensino público para o ano letivo de 2014/2015.

14. Despacho 10.215. Entidades acreditadas pela Direção-Geral da Educação como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares.

23. Despacho 10.590. Procedimento de avaliação e certificação dos manuais escolares e definição das disciplinas e respetivos anos de escolaridade.

II Série - Suplemento

22. Despacho 17-A. Regulamenta a avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do Ensino Básico e os seus efeitos, bem como as medidas de promoção do sucesso escolar.

OUTUBRO - 2015

I Série

01. Resolução 83. [Conselho de Ministros] Alteração à Resolução 68/2015, que autoriza a despesa de apoio financeiro a estabelecimentos de Ensino Artístico Especializado que celebrem contratos de patrocínio para os anos letivos de 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018.

09. Portaria 341. Organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível básico e secundário nas escolas públicas e privadas sob tutela do MEC, sem prejuízo de ofertas que outras entidades possam vir a desenvolver.

II Série

01. Despacho 10.913. Apoio financeiro aos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da rede pública para aquisição de material didático no ano letivo 2015/2016.

05. Despacho 11.069. Designa a Comissão Coordenadora das Atividades de Enriquecimento Curricular.

07. Despacho 11.236. Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (CNIS-UMP) – compensação financeira para o ano letivo 2014-2015.

07. Despacho 11.237. Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar (ANMP) – apoio financeiro para o ano letivo 2014/2015.

08. Portaria 770. Extensão de encargos decorrentes da aquisição de serviços de transporte escolar dos alunos com necessidades especiais durante o ano letivo 2015/2016.

09. Despacho 11.347. Homologa as Orientações Curriculares da disciplina de Mandarim como Língua Estrangeira III no currículo dos Cursos Científico-Humanísticos do Ensino Secundário a partir do ano letivo de 2015/2016

II Série - Suplemento

12. Despacho n.º 11.423-A. Calendário de realização da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades, condições de aprovação e valores a pagar (inscrição, consulta e pedido de reapreciação) – a PACC foi, entretanto, declarada inconstitucional.

À ESPERA DE MELHORES DIAS



O poder político pertence ao povo e é exercido nos termos da Constituição [artigo 108º da Constituição da República Portuguesa]

Escrevo em período pós-eleitoral, quando os partidos com assento na Assembleia da República se multiplicam em reuniões na tentativa de assegurar uma maioria parlamentar estável que permita sustentar a formação e exercício de funções de um governo. Muito poderíamos divagar sobre os possíveis cenários e governos. Mais poderíamos expressar sobre todos os comentários, opiniões e pressões que sobre a matéria têm sido produzidos nos espaços públicos e mediáticos. A este propósito importa reter o essencial: é eleita a “assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses”. Após esta eleição e conhecida a composição parlamentar, o Presidente da República (PR), “ouvidos os partidos representados na Assembleia da República e tendo em conta os resultados dos eleitores” procede à nomeação do primeiro-ministro, o qual apresentará proposta ao PR sobre os restantes membros do governo, cabendo ao chefe de Estado as suas nomeações. No prazo máximo de 10 dias após a nomeação pelo PR, o governo apresenta o seu programa à Assembleia da República, que procede à sua aprovação ou rejeição. A eventual rejeição do programa do governo implica a sua demissão. São estes os desenvolvimentos constitucionais a que vamos assistir nos tempos próximos.

Nova realidade, velho hábito. Contrariamente ao que se verifica na maioria dos países europeus, Portugal não tem uma grande tradição na formação de maiorias parlamentares alargadas a vários partidos. Este aspeto, tantas vezes apontado em tom crítico, é agora objeto de indignação por muitos intervenientes do espaço público, que não conseguem conceber a hipótese de vários partidos viabilizarem a formação de um governo, em detrimento de um partido/coligação com mais votos, mas sem maioria parlamentar.

Passe a repetição, são inúmeros os exemplos europeus em que os partidos mais votados não são chamados a formar governo, quando suplantados por coligações ou acordos de incidência parlamentar de base alargada. Independentemente da viabilidade política destas

soluções, é inquestionável a sua conformidade constitucional. Contudo, temos assistido às mais díspares declarações, designadamente daqueles que apelidam estas eventualidades como ‘golpe de Estado’. Como habitualmente, não faltam tentativas de condicionar os decisores por via da influência exercida sobre a opinião pública. Neste domínio, importa conhecer as regras constitucionais para que possamos acompanhar os factos e formular opiniões de modo fundamentado. Este exercício único é decisivo para que todos possamos exercer de modo informado os nossos direitos e deveres de cidadania.

Debate sem Educação. A campanha eleitoral não permitiu um esclarecimento significativo daquilo que os possíveis governos poderão programar no domínio da Educação. Infelizmente, e como seria de esperar, a campanha centrou-se nas questões financeiras e económicas, mais ou menos economicistas, dependentes da dívida, da troika e dos famigerados aproveitamentos e arremessos político-partidários.

Em meu entender, poucas e vagas promessas foram apresentadas no domínio da Educação, pelo que apenas o tempo permitirá conhecer os desígnios de um ministério que insiste em permanecer à deriva de cada governo, sem um plano alargado e de rumo futuro, como seria desejável. Aguardemos, com maior ou menor paciência, para ver se o futuro permitirá uma aproximação aos melhores modelos e exemplos educativos ou se a persistência num modelo educativo que tem como finalidade última a despesa irá vingar como nos anos recentes.

O rumo a seguir e os resultados atingidos irão sempre condicionar de modo decisivo o futuro das nossas crianças e jovens, e do país por inerência. Esse é o pensamento e a consciência que espero dos próximos governantes, num exercício de insistente otimismo.

José Miguel Pinho
advogado do SPN



UMA DISTINÇÃO ‘MEMORÁVEL’

Lídia Jorge é a vencedora do Prémio Urbano Tavares Rodrigues, instituído pela Fenprof e anunciado no Dia Mundial dos Professores (5 de outubro). «Os Memoráveis» mereceu a escolha unânime dos jurados José Manuel Mendes, Paulo Sucena e Teresa Martins Marques: “Este romance constitui uma assumida marca de cidadania ao trazer a Revolução de Abril de 1974 para as páginas de uma obra literária, cuja intensidade de linguagem e mestria narrativa conjugada por uma hábil técnica compositora faz dela uma notável presença na literatura portuguesa contemporânea.” Com valor pecuniário de 7.500 euros, o prémio literário promovido pela Federação Nacional dos Professores tem patrocínio da corretora de seguros SABSEG; distingue alternadamente um autor de romance/ficção (Prémio Urbano Tavares Rodrigues) e de poesia (Prémio António Gedeão) e destina-se exclusivamente a professores com obras publicadas no ano anterior à atribuição – Lídia Jorge foi professora do Ensino Secundário e «Os Memoráveis» foi publicado em 2014 (Leya/D. Quixote); anteriormente, foram distinguidos Manuel Gusmão (*Pequeno Tratado das Figuras* - Assírio & Alvim, 2013), Ana Cristina Silva (*O Rei do Monte Brasil* - Oficina das Letras, 2012) e Ana Luísa Amaral (*Vozes* - Dom Quixote, 2011).



UMA EXPERIÊNCIA DE VIDA

«O Mato Mata» é um retrato do que foi a guerra colonial e das suas consequências. São várias as personagens, são diversos os cenários da magia africana e do feitiço angolano, são muitos os momentos de miséria (mas também de riqueza humana) e os dramas provocados por qualquer conflito à amizade sem limites, são os traumas que ficam e roubam horas de sono... Quarenta anos depois de ter vivido na pele o conflito (foi furriel comando durante a guerra colonial em Angola), Florival Lança decidiu escrever este livro, que estava para ser uma denúncia do stress pós-traumático. “Um dia aceitei ir a um almoço da minha companhia e dos 100 operacionais do final de curso estavam vivos apenas 19. Isso impressionou-me profundamente. Percebi que 40 anos depois a guerra continuava a matar”... E assim nasceu «O Mato Mata» (Chiado Editora), que o ex-dirigente da CGTP apresentou nas Jornadas Sindicais do SPN.



UMA ANÁLISE DO PAÍS

Quem são os responsáveis pelo estado a que o país chegou? Como pôr a economia a crescer? Como salvar Portugal de uma União Europeia disfuncional? – estes são alguns ‘dedos’ que Ricardo Paes Mamede aponta à ‘ferida’ que é Portugal em «O que fazer com este país» [Marcador Editora]. Organizado em duas partes, o livro pretende desmontar alguns mitos que, segundo o autor, dominam a ‘opinião pública’ e apresenta um diagnóstico de vários problemas e desafios que Portugal enfrenta, bem como propostas para os ultrapassar. Professor de Economia Política no ISCTE, Paes Mamede diz que olha para a geração dos pais e vê a angústia de um final de vida que deveria ser de descanso e lazer; olha para a geração dele e vê postas em causa as opções que fizeram por um futuro que afinal não se realizou; olha para os alunos e vê-os mais resignados do que esperançosos; olha para os filhos e pensa: “o que faremos com este país?”... Nem otimista nem pessimista, refere, o livro “junta o pessimismo da razão ao otimismo da vontade” (Gramsci).



UMA TEORIA DA IMAGEM

Editado em abril, «Espelhos Transparentes» é o primeiro de dez volumes que vão perfazer a coleção *Paisagens Redentoras*, da autoria de Adriano Rangel. Em cada volume, o autor reflete sobre um conjunto de conceitos, ideias e perspetivas, que ilustra fotograficamente e partilha, num exercício de quase-legendagem para uma construção teórica sobre a essencialidade da fotografia como memória futura de realidades evanescentes que se conjugam e cimentam relações identitárias e culturais: “construir a nossa identidade pela necessidade de ter um rosto, possuir e ser possuído por uma vida”; “incidir a nossa atenção sobre o real, projeta a nossa observação numa perspetiva contínua e legitimada para o sentido da nossa pesquisa se reclamar de uma questão de cultura”. Tratando-se de uma edição de autor, a tiragem é curta – 300 exemplares numerados e assinados, cada um com uma foto original e exclusiva [pedidos para joaoadrianorangel@gmail.com].

VIVA A REPÚBLICA!



“A vida marca a nossa memória, os nossos corpos, o pensamento, as instituições sociais. A memória resiste em tudo o que a mão e a mente do homem criaram: a fala, a ideia, um afeto, um vaso, um colar, restos de cozinha, ferramentas, um templo, um livro, uma estátua, um quadro, uma partitura.

A memória sustenta os nossos gestos, alimenta o sentir, o entender e o agir dos indivíduos e dos povos. Na resposta necessária aos estímulos do dia, a memória continuamente se renova e organiza. Alguns acontecimentos perdem-se na penumbra, outros ganham novo relevo. Por vezes, vestem as roupagens do mito.

Mesmo nesta era tecnológica, a vida dos homens decorre no quadro dos ciclos da Natureza. Celebramos os dias fastos. Reativamos a memória, celebrando. Celebrando as estações, o nascimento, o amor, a amizade, os dias da libertação, individual e coletiva.” [António Borges Coelho: “Não apagarão a memória” - Seara Nova, 04.10.2012]

5 de outubro de 1910 foi um desses dias, de libertação. Dia que o governo abaladiço, “convicto de que tudo é reconstruível a partir da vontade política”, quis que deixasse de ser comemorado num dia feriado. Deixar de celebrar esse dia com a dignidade da sua consagração como feriado é, de alguma forma, apagar a nossa identidade como Povo, e sem identidade não somos Nação. Deixar de celebrar este dia é apagar uma parte da memória coletiva, memória do Povo que nos orgulhamos de ser.

Porque os valores republicanos da fraternidade, da liberdade e da igualdade são indispensáveis ao progresso e à construção de uma sociedade democrática, mais justa e fraterna, o Sindicato dos Professores do Norte manifesta o mais enérgico repúdio pela decisão de Aníbal Cavaco Silva – circunstancialmente ‘presidente da república’ – de não participar nas comemorações do 5 de Outubro e reafirma a exigência da reposição do feriado nacional para assinalar a data e o feito.



nesta edição

a abrir

02. **Coordenadora do SPN eleita para o Comité Executivo da IE**

editorial

03. **Desafios e oportunidades**

em foco

04. **Afinal, a Esquerda existe!**
05. **À atenção dos eleitos: estas medidas são urgentes**

ação sindical

06. **É urgente estabilizar e repensar o 1º Ciclo**
08. **Municipalização da Educação: obstinação, insensibilidade e prepotência**
10. **Mobilidade por doença: a posição do SPN**
11. **Ensino Particular e Cooperativo: à espera da DGERT**
12. **Revogar o ‘processo Cambridge’**
13. **Universidade do Minho passa ao regime fundacional**
14. **A PACC morreu, pim!**

notícias spn

15. **Dia Mundial dos Professores: por uma sociedade mais justa e sustentável**
18. **Formação contínua no SPN**
19. **Escolas precisam de “vitamina D”**
20. **Jornadas Sindicais 2015: Que rumo seguir neste novo ciclo? | Manuel António Silva: “As pessoas preferem o que facilita a vida” | Lutar pela profissionalidade perdida**

vemos, ouvimos e lemos

25. **Educação Comparada: SPCE-SCE promove conferência internacional**
26. **Migrantes e refugiados configuram tragédia humana**
27. **Cientistas sociais tomam posição pública**

consultório jurídico

28. **Índice de legislação**
29. **À espera de melhores dias**

apostas spn

30. **Uma distinção ‘memorável’**
Uma experiência de vida
Uma análise do país
Uma teoria da imagem

a fechar

31. **Viva a República!**